

## Os seguros na crise financeira

---

Intervenção do Presidente do ISP, Professor Doutor José Figueiredo Alმაça, na  
Conferência “Os seguros em Portugal”, organizada pelo Jornal de Negócios

**Lisboa, 13 maio 2014**

Hotel Myriad

Bom dia a todos,

Antes de mais agradeço à senhora Dra. Helena Garrido, na qualidade de Diretora do Jornal de Negócios, o amável convite para encerrar esta Conferência.

Embora não tenha estado presente durante a manhã, sei que os trabalhos correram bem e que a discussão foi proveitosa.

Quero felicitar o Jornal de Negócios por esta iniciativa, porque considero muito importante que os protagonistas do setor segurador e dos fundos de pensões debatam publicamente os temas da atualidade, pois essa é uma forma de assumirem a grande responsabilidade que os seguros e os fundos de pensões têm na sociedade portuguesa.

Também me congratulo pelo facto do Jornal de Negócios ter iniciado há algum tempo a publicação regular e semanal de uma página dedicada ao noticiário da área seguradora.

É que a velha máxima jornalística de que “as boas notícias não são notícia” tem remetido o setor segurador para um silêncio noticioso constrangedor.

Não quero dizer com isto que a situação que hoje se vive no setor segurador e dos fundos de pensões seja a ideal. Longe disso, este setor tem sofrido as consequências da crise, em particular na área Não Vida, que, como todos sabemos, é uma área de negócio mais dependente da evolução da economia.

Contudo, e como sabemos, a crise que tem afetado a nossa economia é o resultado da conjunção singular de múltiplos e graves erros, tanto dos poderes públicos como dos agentes dos mercados: a bolha do crédito, a especulação imobiliária, as técnicas de refinanciamento dos bancos através de sofisticados instrumentos de securitização e de uma laxativa política de endividamento público.

O setor segurador não participou na criação desta bolha que rebentou e submergiu o mundo financeiro numa recessão inusitada, onde as teorias e receitas do passado têm pouca aplicação.

Os seguros evidentemente têm vindo a ser afetados por esta crise mas não foram um dos seus causadores. Os seguros têm vindo a sofrer com a crise, em primeiro lugar devido a atividades quase bancárias que algumas companhias desenvolveram através de derivados de crédito e de processos de securitização.

Nos seguros também a crise afetou os ativos do balanço, devido à deterioração das participações e ativos expostos ao risco e a uma menor rendibilidade dos ativos sem risco ou de baixo risco. E, por fim, os seguros sofreram a crise na medida em que esta deteriorou a solvência e a capacidade de poupança e de investimento das famílias e das empresas.

Apesar de tudo e da dureza do contexto, os seguros no nosso país mantiveram-se eficientes, resistentes e com capacidade de resposta. Em comparação com outras áreas, o setor segurador continua perfilado e preparado para cumprir a sua função social nesta envolvente adversa. Os seguros vêm contribuindo de forma singular para a mitigação da crise, cumprindo assim a sua razão de ser social.

Com a cobertura seguradora, as famílias e as empresas além de enfrentarem os riscos, ou exatamente por isso, estabilizam a sua situação financeira. Desta forma, os seguros favorecem a iniciativa e a criação de valor.

O setor segurador português está especialmente dotado para ajudar a restituir a liquidez ao mercado. A importância económica dos seguros na economia portuguesa e mais concretamente no sector financeiro tem crescido de importância nos últimos anos e tem sido uma das suas peças fundamentais. Fundamental no sistema financeiro, a sua especialização na gestão de riscos e a sua aptidão para captar a poupança além da sua importância como investidor institucional, carrega capacidade e estabilidade ao conjunto do sistema, além de ser um criador de emprego, é um garante das economias privadas e ao mesmo tempo um prestador de serviços do estado bem-estar.

Neste momento, os seguros estão no centro do debate da fronteira entre público e privado, quer se goste ou não. As dificuldades em manter o equilíbrio orçamental têm obrigado à tomada de medidas de redução da despesa pública em muitas rubricas.

A rotura do Estado benfeitor exige profundas reformas de base económico do setor público, da sua estrutura e das suas relações com o resto da sociedade. A procura de alternativas exige a participação tanto do setor empresarial como da sociedade civil, de forma colaborativa.

Para se ter uma resposta rápida e fiável, o setor segurador pode aportar sentido de responsabilidade e ajudar a complementar o nosso Estado Social. Através da cooperação entre os vários atores, públicos e privados, poder-se-á aumentar a cobertura de riscos que até hoje reside no sistema de prestações públicas. Só as empresas seguradoras e sociedades gestoras de fundos de pensões, deixando de lado o aspeto comercial, estão em condições de fornecer serviços no âmbito do Estado de bem-estar.

Os seguros constituem em si mesmo um sistema de relações económico-financeiras, quer pelo seu conteúdo, quer pelo lugar que ocupam no processo de reprodução e são um

importante elemento das economias e finanças de um país, garantindo a unidade do processo de reprodução social na sua totalidade e em cada uma das suas partes.

Melhorar a cultura seguradora no nosso país, sensibilizando os cidadãos para a importância dos seguros no desenvolvimento económico do país, mas também na tranquilidade das famílias, é uma responsabilidade de todos. O risco não é senão a probabilidade, a possibilidade de que o azar se manifeste e origine uma necessidade patrimonial. As pessoas e as organizações encontram-se permanentemente em situação de risco.

A atividade seguradora tem uma forte característica económica e financeira, não só porque se baseia na cobrança de prémios e nos pagamentos de indemnizações, mas também e principalmente porque desempenha uma importante tarefa financeira e social de fazer uma redistribuição dos capitais recebidos de um elevado número de entidades patrimoniais por aquelas que forem afetadas pelos sinistros que aconteceram.

Um dos aspetos a ter em conta nos seguros é o seu objeto social, entendida esta palavra como objetivo, razão de ser, finalidade, intenção, sendo esta a compensação do prejuízo económico sofrido por um património em consequência de um sinistro.

A comunidade beneficia dos seguros, pois os seguradores recebem dinheiro que é depositado para fazer face aos sinistros e investem no mercado de capitais. O desenvolvimento do nível de vida e das atividades económicas cria a necessidade de se fazerem seguros. No limite, os seguros são uma das expressões mais ponderadas da evolução macroeconómica, onde o processamento de prémios se utiliza em diversos países como um indicador económico de valor geral.

Os seguros crescem em paralelo com o desenvolvimento dos países, mas para isso é preciso ultrapassar um conjunto de barreiras de carácter sociológico, onde se pode destacar a sua imagem complexa e o desconhecimento que releva falta de uma cultura seguradora. O público tem um conhecimento deficiente das entidades seguradoras e da sua atividade.

A imagem dos seguros está formada, primordialmente, pelas ideias, sentimentos e conceitos que esta transmite publicamente. As atividades financeiras necessitam da simpatia e da confiança do público e, especialmente, dos seus clientes. No setor segurador, mais do que em qualquer outro, essa confiança é indispensável. Sem ela, o tomador de seguro não assinaria o contrato.

O público deve ser adequadamente informado sobre todas as dimensões do seguro que está a contratar, mas conhecer igualmente a utilidade social dos seguros, baseado no princípio da mutualidade.

Os seguros devem ser abordados nos planos de estudo dos diferentes níveis de ensino e os professores devem ser motivados e ajudados na aquisição dos conhecimentos necessários, tarefa esta que temos vindo a desenvolver no âmbito do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Permitam-me, antes de terminar a minha intervenção e responder às questões da Dra. Helena Garrido, que faça uma breve referência ao Estudo de Impacto Quantitativo que ontem o ISP lançou para o mercado português.

Através deste exercício, o ISP procura identificar, antecipadamente, as áreas de vulnerabilidade do setor em ambiente Solvência II, quer em matéria de necessidades de capital e de redução dos riscos, quer da capacidade de concretização dos cálculos exigidos de uma forma robusta, consistente e suficientemente fiável. Este é, como sabem, um dos principais desafios que o setor terá de superar no futuro próximo.

Não temos dúvidas de que a atividade seguradora saberá, como sempre soube, estar à altura das circunstâncias respondendo de forma adequada aos desafios e às dificuldades que lhe são apresentados.

Muito obrigado a todos.